



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 3 de novembro de 2011

| | |
|---|----|
| DIÁRIO DO AMAZONAS Renúncia fiscal para o Polo Industrial de Manaus deve chegar a R\$ 15 bilhões..... | 1 |
| VEICULAÇÃO LOCAL | |
| O ESTADO DE SÃO PAULO Montadoras tentam escapar da alta do IPI..... | 2 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| VALOR ECONÔMICO Investimento pode ter resultado ruim no PIB do 3º tri..... | 3 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Missão Impossível | 5 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Avanço a passos muito lentos..... | 7 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Curitiba, Manaus e Brasília são citados como destaque | 9 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| BRASIL ON-LINE Seis multinacionais chegam ao país atraídas por megaprojetos..... | 10 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| VALOR ONLINE Juro, salário e gasto público podem ajudar 2012..... | 11 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| VALOR ONLINE Investimento pode ter resultado ruim no PIB do 3º tri..... | 13 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| BRASIL ECONÔMICO-SP Balança brasileira fecha outubro com menor resultado mensal desde abril | 15 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| BRASIL ECONÔMICO-SP Produção industrial brasileira cai 2% em setembro, indica IBGE | 16 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| FOLHA.COM IDH brasileiro avança menos que o dos Brics | 17 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| TO SABENDO.COM Sorriso/MT poderá ter benefícios de Processamento para Exportação..... | 18 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL | |

| | | | |
|--|---|-------------------------|---------------------|
|  | VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u> | EDITORIA | |
| | TÍTULO Renúncia fiscal para o Polo Industrial de <u>Manaus</u> deve chegar a R\$ 15 bilhões | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO LOCAL |

O resultado dos benefícios deste ano chega a ser 40% maior que a arrecadação federal no Amazonas, que no acumulado de 12 meses chegou a R\$ 7,6 bi em setembro de 2011.

Manaus - As indústrias do Polo Industrial Manaus (PIM) receberão em benefícios fiscais (dispensas de recolhimento de impostos e contribuições) R\$ 10,8 bilhões do Governo Federal esse ano e R\$ 12,6 bi no ano que vem, principalmente isenções de tributos como o Imposto sobre Importação (IPI) e da previdência (PIS e Cofins). Considerando as renúncias do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual, que até agosto de 2011 já somam R\$ 2,4 bi, o montante da renúncia pode chegar a R\$ 15 bi, conforme previsões dos indicadores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Desde 2007, as isenções sobre o ICMS para as indústrias do PIM passaram de R\$ 3 bi para R\$ 3,7 bi em 2010, um aumento de 20%. As isenções do ICMS para a indústria equivalem a 60% da arrecadação estadual desse ano acumulada até agosto em R\$ 4,111 bilhões.

De acordo com levantamento da Delegacia da Receita Federal em Manaus, a renúncia dos impostos federais para as indústrias chegou a R\$ 10,8 bi, em 2009. Para esse ano, deve ser de R\$ 10,8 bilhões, segundo a previsão encaminhada ao Congresso para o Orçamento da União, e em 2012, deverão somar R\$ 12,6 bilhões. Um aumento de 17% em quatro anos.

O resultado dos benefícios desse ano chega a ser 40% maior que a arrecadação federal no Amazonas, que no acumulado de 12 meses chegou a R\$ 7,6 bi em setembro de 2011. Somadas, as renúncias fiscais estaduais e federais correspondem a 22% do PIB do Estado que no acumulado de 12 meses alcançou R\$ 61,7 bi até junho de 2011, segundo cálculos da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan).

Segundo a coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, Ana Maria Souza, os incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal não são entendidos como gastos tributários, e sim como investimentos na região.

De acordo com a coordenadora, estudos técnicos comprovaram que, para cada R\$ 1 renunciado na Zona Franca de Manaus, cerca de R\$ 1,40 retornaram em arrecadação de tributos aos cofres federais, estaduais e municipais.

A renúncia do mesmo R\$ 1 também gerou movimentação de R\$ 1,27 em outros Estados brasileiros. "Todo o País se desenvolve a partir dos incentivos fiscais concedidos ao modelo ZFM. Além disso, foi a política industrial baseada nos incentivos fiscais que ajudou a Amazônia a ter altos índices de preservação ambiental", pondera. Outro ponto destacado pela autarquia é a geração de empregos do PIM que esse ano deve fechar a folha de pagamento com cerca de 125 mil funcionários.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Montadoras tentam escapar da alta do IPI | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Até a semana passada, seis montadoras haviam apresentado ao governo planos para se instalar no **Brasil** e atingir gradualmente o índice de nacionalização de 65%.

Dessa forma, elas pretendem escapar do aumento de 30 pontos percentuais do IPI sobre modelos **importados**, que começará a ser cobrado em dezembro.

Para não pagar mais IPI, as montadoras também precisam realizar no **Brasil** seis entre 11 etapas de **produção** e investir pelo menos 0,5% de suas receitas brutas em pesquisa e **desenvolvimento**.

As propostas variam, mas todas começam com índices de nacionalização baixos, na casa dos 10%, e vão aumentando a quantidade de componentes nacionais ao longo do tempo. A mais ousada se compromete a chegar aos 65% em três anos. Ela aposta que, se não conseguir, o governo pode cobrar retroativamente o IPI mais elevado sobre suas **importações**.

Outros planos preveem atingir o índice em cinco anos. Todas sustentam que é impossível começar a produzir no País com um nível de componentes nacionais já tão elevado.

O governo ainda não decidiu como será o regime alternativo para as novas montadoras. Não há acordo sequer sobre se esse regime será mesmo criado. O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **Pimentel**, tem afirmado que sim. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, diz que essa é apenas uma possibilidade.

Até publicidade. As discussões prometem ficar mais complicadas. Durante o Encontro Nacional da Indústria (Enai), realizado semana passada em São Paulo, **Pimentel** adiantou que o governo vai mudar a aferição do conteúdo local nos automóveis.

Hoje, o critério é financeiro: quanto a montadora gasta no País. Por isso, até despesas com publicidade entram como conteúdo local. Outros países adotam outras definições, como peso ou quantidade de componentes.

Tudo depende dos objetivos do governo. Mas essas metas ainda não estão claras, segundo comentou um interlocutor do governo no setor privado. As discussões prometem ser difíceis, como foram as que sucederam o lançamento do plano **Brasil** Maior, no início de agosto.

A ideia original do governo era reduzir o IPI para montadoras investirem em tecnologia.

Na falta de entendimento, um mês depois saiu o aumento do IPI para **importados**. Por trás das exigências crescentes de uso de conteúdo nacional, está a avaliação do governo que é preciso garantir que o maior patrimônio do País na atualidade, um **mercado** interno forte, seja usufruído pelas empresas que investem aqui. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, 48,7 milhões de pessoas, o equivalente à população da Espanha, entraram para as classes A, B e C do **Brasil** de 2003 até agora.

Com a Europa e os Estados Unidos em crise, empresas do mundo inteiro buscam novos **mercados** para desovar seus produtos e o **Brasil** é um alvo.

As **importações** de carros da China aumentaram 14 vezes este ano, de US\$ 14,2 bilhões de janeiro a setembro de 2010 para US\$ 205,5 milhões este ano.

"O **Brasil** é um dos poucos **mercados** abertos e dinâmicos no mundo", concorda o economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi). "A China é dinâmica mas não é aberta, os EUA são abertos mas não estão dinâmicos, então essa é uma combinação rara." Ele acha que o governo fez bem em barrar a entrada de **importados**, pois a indústria automobilística é a que tem maior impacto no parque produtivo.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR ECONÔMICO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Investimento pode ter resultado ruim no <u>PIB</u> do 3º tri | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Arícia Martins, Tainara Machado e Francine de Lorenzo

A forte queda na **produção** de bens de capital em setembro, aliada a uma freada na **importação** de máquinas e equipamentos, reforçou as perspectivas pessimistas para o investimento no terceiro trimestre deste ano. Segundo analistas consultados pelo Valor, cresceu a chance de um resultado negativo na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - medida dos investimentos em máquinas e construção civil que compõe o Produto Interno Bruto (**PIB**) - no terceiro trimestre do ano em relação ao segundo na série com ajuste sazonal.

A **produção** de bens de capital, que vinha bem ao longo de 2011, surpreendeu analistas ao cair 5,5% entre agosto e setembro, feitos os ajustes sazonais, na Pesquisa Industrial Mensal (**PIM**) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A piora do cenário internacional, aliada a uma desaceleração da economia doméstica que já vinha ocorrendo, pode ter afetado a confiança dos empresários e, conseqüentemente, suas decisões de investir, dizem economistas.

No conjunto, a **produção** industrial recuou 2% em setembro sobre outubro na série com ajuste sazonal, movimento que reforçou as projeções de uma queda ou de um crescimento nulo no **PIB** do terceiro trimestre sobre o segundo. Antes, haviam mais projeções positivas para o investimento dentro do **PIB** e para o próprio produto.

"Estamos percebendo uma desaceleração da **produção** industrial e do consumo, então não é surpresa que as decisões de investimento também sejam atingidas", afirma Carlos Kawall, economista-chefe do Banco J. Safra. O menor apetite por investimentos também fica evidente na queda da **importação** de bens de capital, observa Kawall. Segundo dados da Fundação Centro de Estudos do **Comércio** Exterior (Funcex), o volume **importado** dessa categoria recuou 12,3% entre agosto e setembro.

"Até pouco tempo atrás, a **produção** crescia bem menos do que a **importação** por conta dos preços externos melhores. Agora, temos **produção** e **importação** mais fracas porque a demanda por máquinas ficou sensivelmente menor", sustenta o economista Fabio Ramos, da Quest Investimentos, que espera

crescimento zero da formação bruta de capital fixo no terceiro trimestre. "A confiança para o futuro está em deterioração. Qualquer plano de investimento ainda não iniciado fica na gaveta até que se aumente a visibilidade", diz ele

É normal que os investimentos sejam impactados num cenário de desaceleração econômica com uma crise externa de pano de fundo, já que são o componente mais volátil da economia, destaca Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Temos uma piora adicional com um cenário internacional mais drástico após medidas do governo para desacelerar a economia doméstica. Juntando tudo isso, teremos números fracos para bens de capital e construção civil."

Vale ainda não fechou sua projeção para a FBCF do terceiro trimestre, mas acredita que o resultado será bem pior do que o registrado no segundo trimestre, quando os investimentos avançaram 1,7% frente ao trimestre anterior, e não descarta um dado negativo.

Constantin Jancsó, economista-chefe do HSBC, ressalta que não é de hoje que o setor de bens de capital atravessa dificuldades, após ter sofrido com os **importados** ao longo do ano. "Há chances de o próprio **PIB** ficar negativo no período, e como o investimento é um dos componentes mais voláteis, estamos claramente falando de viés de baixa para a formação bruta de capital fixo", observa ele.

O recuo na **produção** de bens de capital em setembro afetou também as estimativas mais otimistas. Flávio Serrano, do BES Investimento, espera que o ritmo de crescimento da FBCF arrefeça para 1% entre o segundo e o terceiro trimestres, podendo ocorrer desaceleração no quarto trimestre. "Precisamos ter mais dados para ver se há uma tendência de retração", afirma Serrano. Em agosto, a **produção** industrial de bens de capital cresceu 1,2% frente ao mês anterior, após aumentar 1,8% em julho, na comparação com junho.

Mauro Schneider, economista-chefe da Banif Corretora, também avalia que é cedo para tirar conclusões sobre as razões para a queda da **produção** de bens de capital, já que em sua opinião o ciclo de encomendas não costuma ser

redefinido tão rapidamente. Mas faz uma ressalva: "Há uma aparente coincidência entre esses números e o agravamento

da crise lá fora."

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Missão Impossível | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Regina Alvarez

Cada dia que passa até o fim de dezembro, quando o Orçamento de 2012 será votado pelo Congresso, é um dia **importante** para o futuro das contas públicas. Nesses dois meses estarão a pleno vapor as discussões e o rateio das verbas públicas. Os parlamentares fazendo de tudo para emplacar suas emendas. E as corporações, como o Judiciário, por exemplo, marcando homem a homem, como se fala no futebol, para ver suas demandas atendidas.

Tudo isso faz parte do processo democrático. E deve ser encarado com naturalidade. Acontece que o Orçamento é uma peça-chave na definição dos rumos da economia e do jeito que sair do Congresso ficará mais fácil, ou mais difícil, para o governo cumprir suas promessas de trazer a inflação para os trilhos, ou seja, para o centro da meta em dezembro de 2012.

O Banco Central tem um plano de voo para atingir esse objetivo que inclui um esforço fiscal correspondente a 3,1% do **PIB**. É o tamanho da economia para o pagamento de juros e equivale a R\$139,8 bilhões. Mas não será fácil. Olhando as contas hoje é praticamente impossível, a não ser que o governo lá na frente utilize algum pulo do gato, como já fez no passado, para acomodar as contas.

O primeiro entrave para cumprir a meta de superávit de 3,1% em 2012 foi colocado pela própria equipe econômica, que encaminhou ao Congresso um projeto de Orçamento descontando da meta R\$25,6 bilhões em despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, comprometeu-se em fazer uma economia de R\$71,3 bilhões, quando o esforço necessário seria de R\$96,9 bilhões.

Depois que o Orçamento chegou ao Congresso, cumprir a meta de 3,1% do **PIB** ficou ainda mais difícil. As receitas foram revistas para cima em R\$26 bilhões, para acomodar novas despesas, e mesmo que o governo já esteja com a tesoura afiada para cortar as emendas dos parlamentares, alguns gastos que o Congresso incluirá no Orçamento são despesas obrigatórias e não poderão ser cortadas. Os recursos para estados e municípios compensarem a desoneração de **exportações**, a chamada Lei Kandir, é um exemplo que custa R\$3,9 bilhões. Algum aumento para o

Judiciário deve sair depois de tanta pressão sobre o Congresso, e essa conta, na melhor das hipóteses, será de R\$1 bilhão.

Além disso, o governo subestimou as despesas com a Previdência em cerca de R\$5 bilhões, e isso terá que ser corrigido. Tem ainda a correção do salário mínimo, que, com inflação maior, custará mais caro, e uma forte pressão para reajustar as aposentadorias acima do mínimo. Para completar, pelo lado da receita, o governo perderá pelo menos R\$2 bilhões com a redução da Cide.

Pelos cálculos de consultores que acompanham essas contas no Congresso, seria necessário um corte de R\$65 bilhões nas despesas do Orçamento para cumprir a meta cheia de superávit no ano que vem, o que, na prática, não é viável. Paralisaria a máquina pública e azedaria de vez com as relações do governo Dilma com o Congresso.

Assim, não é por acaso que a política fiscal em 2012 ainda é um grande ponto de interrogação para analistas e o **mercado**.

QUE CRISE? De janeiro a setembro deste ano, a venda de computadores cresceu 27,8% em relação ao mesmo período do ano passado, com a comercialização de 6,6 milhões de máquinas. É o que mostra pesquisa inédita da GfK, consultoria que mede a venda de bens duráveis nos pontos de comercialização. Os notebooks, cujos preços caíram mais de 18% em relação ao ano passado, são os mais vendidos da categoria. As vendas desse produto cresceram 48,4%.

BOM NATAL: Alex Ivanov, diretor da unidade de negócios de TI da GfK, espera que este dezembro seja ainda melhor que o de 2010, quando foram comercializados 780 mil computadores no Brasil. Também há boas expectativas em relação a janeiro, porque muitos consumidores adiam as compras desse equipamento à espera das promoções do varejo pós-Natal, explica.

Dilema grego

O clima de alta temperatura e pressão provocado pela decisão do governo grego de submeter o pacote de austeridade ao referendo da população dá o tom do dilema que vive a Grécia. A reação dos líderes da zona do euro e

dos **mercados** à decisão foi a pior possível, com ameaças e a suspensão da ajuda de 8 bilhões aos gregos. Mas, ao contrário do que pensam muitos analistas, o economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central, acredita que o referendo pode ser uma saída para o dilema grego. A consulta popular é uma tentativa desesperada do governo

local de ganhar legitimidade para colocar em prática medidas que são muito duras, avalia:

- A consulta popular pode ajudar, sim. A palavra chave é legitimidade. O governo grego vai ter de conquistar isso com argumentos, não com a polícia na rua. À força, não iria conseguir.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Avanço a passos muito lentos | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

País sobe uma posição no IDH, para 84º lugar, mas desigualdade impede que Brasil alcance grupo de elite

Fabiana Ribeiro, Henrique Gomes Batista, Martha Beck e Paulo Justus

A saúde foi o principal impulso para que o Brasil subisse um degrau no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2011. O país passou da 85ª para 84ª posição, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Com isso, o indicador que apura o bem-estar das populações passou de 0,715 para 0,718 no Brasil, numa alta de 0,41%, mantendo o país no grupo de desenvolvimento elevado. Mas, o que se nota é que os avanços sociais no país continuam, porém, em ritmo mais lento do que até então. E uma das mazelas que trava as melhorias recaí sobre a alta desigualdade brasileira - especialmente a da renda. No ano passado, o Brasil avançara quatro posições, pulando do 77º para a 73º lugar - os números de um ano para o outro mudaram porque mais países entraram no levantamento, agora com 187 nações. A escala do IDH varia de 0 a 1 (quanto mais perto de 1, mais desenvolvimento humano tem o país).

- Somos o 84º em uma lista de 187 países. Éramos o 73º numa lista de 167. Difícil falar em progresso, principalmente com a mudança metodológica de 2010. O que vemos é que os dados absolutos da educação permaneceram os mesmos. Os dados da saúde melhoraram um pouco e o mesmo pode ser dito da renda. Mas o momento que vivemos é de desaceleração do crescimento do IDH - disse Flávio Comim, consultor do Pnud.

O Brasil ainda está atrás de 19 países da América Latina. Dois deles, Chile e Argentina, são classificados como nações do grupo de desenvolvimento muito elevado, na 44ª e 45ª posição, respectivamente. Ainda à frente do Brasil, mas no mesmo patamar de desenvolvimento humano elevado, estão países como Uruguai (48º lugar), Cuba (51º), México (57º), Trinidad e Tobago (62º), Costa Rica (69º), Venezuela (73º) e Peru (90º). O pior país da região ainda é o Haiti, na 158ª posição. A Noruega continua liderando o ranking, com índice 0,943. E, em último lugar, está o Congo (na 187ª

posição, com IDH 0,286). Dos 187 países avaliados, 35 conseguiram algum avanço no ranking de 2011.

- Somente 24 países avançaram tanto quanto o Brasil no ranking nos últimos cinco anos - acrescentou Rogério Borges, economista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), destacando que o país conseguiu ganhar cinco posições nesse período.

Para Borges, o indicador de saúde do Brasil (que considera a expectativa de vida da população) teve peso de 40% no IDH, enquanto renda e educação pesaram 30% cada um.

- O avanço da expectativa de vida (que subiu de 73,1 anos em 2010 para 73,5 anos em 2011) tem sido muito importante para o IDH do Brasil. Dos anos 80 até agora, o Brasil ganhou 11 anos a mais na expectativa de vida de sua população. Isso é muito significativo - afirmou Borges, lembrando que os demais indicadores que medem o IDH, educação e renda, também ajudaram o Brasil nos últimos anos.

- O programa Bolsa Família, por exemplo, ajudou a manter mais crianças na escola e a melhorar a renda. Isso também foi importante.

Na educação, o número médio de anos de estudo do brasileiro ficou estacionado em 7,2 anos, o mesmo nível do Zimbábue, país que ocupou o último lugar no desenvolvimento humano em 2010. Este ano, o Zimbábue sobe 11 posições, para o 173º lugar.

- Nossa educação não é a pior do mundo. Mas, nesse ritmo de evolução, o Brasil precisa de 31 anos para alcançar a Noruega (12,6). É uma geração inteira - comentou Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para Comim, a educação é o caminho para se elevar o desenvolvimento social. Em sua análise, contudo, o IDH não avalia a qualidade da educação.

- A educação no Brasil é extremamente desigual, com fortes diferenças entre as escolas públicas e particulares. Isso não cria ambiente de oportunidade. E ainda alimenta as desigualdade. Esse é o grande entrave.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, avaliou como positivo o avanço do **Brasil** no ranking de IDH. Ele destacou que a elevação do índice se deu, em grande parte, pelos avanços na expectativa de vida da população. Nos últimos anos, o **Brasil** conseguiu reduzir em 26% a ocorrência de mortes por doenças crônicas e em 40% as mortes por doenças cardiovasculares. Ele explicou que isso se deve a programas como o da Farmácia Popular, que distribui medicamentos para a população de baixa renda.

- O **Brasil** vem fazendo um esforço **importante** nas áreas de prevenção e tratamento de doenças que estão elevando a expectativa de vida dos brasileiros - disse o ministro.

Controlar a alimentação, abandonar velhos vícios e se manter ativo foi a fórmula de José Roberto Palmezano, 68 anos, para entrar na terceira idade com saúde. Morador da cidade de São Paulo, o ex-metalúrgico enfrenta uma jornada de cerca de cinco horas de trabalho por dia, percorrendo a pé o caminho entre bancos e cartórios.

- Não aguentei ficar mais de 90 dias sem fazer nada. Comecei a fazer o serviço de banco para a minha filha, que é contadora - diz, acrescentando que usa a receita para manter a casa em que mora a mulher e uma de suas duas filhas.

O **Ministério** da Educação e o Palácio do Planalto não comentaram a pesquisa.

| | | | |
|--|---|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Curitiba, <u>Manaus</u> e Brasília são citados como destaque | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

RIO e BRASÍLIA. Além do Brasil, algumas cidades são apresentadas como exemplos pelas Nações Unidas. Brasília, Curitiba e **Manaus** aparecem em destaque por suas iniciativas públicas. A capital do Paraná é destacada pelo Pnud pelo bem-sucedido plano de transporte. "Curitiba implementou com êxito abordagens inovadoras ao planejamento urbano, à gestão da cidade e aos transportes. A cidade tem agora a mais elevada taxa de utilização de transportes públicos do **Brasil** (45% de todas as viagens) e uma das mais baixas taxas de poluição do ar do país", diz o relatório.

A cidade de **Manaus** é lembrada por subsidiar com US\$5 milhões a ligação de esgoto de 15 mil residências

pobres. Para viabilizar este projeto, **Manaus** conseguiu sensibilizar a população local, que aderiu em peso.

O **Brasil** é citado diversas vezes no relatório do Programa das Nações Unidas para o **Desenvolvimento** (Pnud). Além de elogios na questão ambiental, o país é citado pelo programa de combate à pobreza - com o Bolsa Família - e em iniciativas para taxar operações cambiais. (Henrique Gomes Batista e Martha Beck)

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO BRASIL ON-LINE | EDITORIA | |
| | TÍTULO Seis multinacionais chegam ao país atraídas por megaprojetos | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

DE CURITIBA

Atraídas pelos megaprojetos de infraestrutura, seis multinacionais anunciaram nos últimos meses investimentos em fábricas de máquinas pesadas para construção civil no Brasil.

As asiáticas Sany, XCMG, Doosan e Hyundai e as americanas Caterpillar e John Deere deverão investir US\$ 1 bilhão até 2013

A aposta no Brasil está correta, diz a consultoria alemã Roland Berger. Estudo publicado neste mês aponta o país como o mercado mais atraente do mundo para o setor, com nota de 4,4 pontos numa escala até 5. Em segundo lugar está a China, com 4,1.

Os investimentos federais e privados em infraestrutura corroboram a avaliação.

A Abdib (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base) estima que serão R\$ 922 bilhões até 2015, o que deve manter a demanda em alta.

O Brasil tem sido visto como a porta de entrada para o mercado latino-americano, cujas taxas de crescimento atraem multinacionais

Diogo Shiraiwa/Editoria de Arte/Folhapress

Para a Roland Berger, a região está entre os mercados "muito atraentes".

A proximidade com o restante da América Latina, além de estratégica, elimina custos com transporte e logística, que

costumam ser onerosos devido à falta de infraestrutura na região.

"Só o Brasil já é um país de dimensões continentais. O custo com transporte é muito significativo", afirma o vice-presidente-executivo da Abdib, Ralph Lima Terra.

IMPORTAÇÃO

De acordo com a consultoria alemã, que entrevistou 50 executivos em vários países do mundo, a principal dificuldade do mercado brasileiro para o setor são as barreiras tarifárias e financeiras para importação.

Medidas do governo que estabelecem um percentual mínimo de conteúdo nacional em máquinas a serem financiadas pelo BNDES têm estimulado as empresas estrangeiras a se instalar no país, sob pena de não conseguirem fechar contratos com empresas brasileiras.

As barreiras não impediram as crescentes importações de maquinário chinês.

O Brasil, ao lado da Rússia, já é o principal mercado de equipamentos de movimentação de terra, de acordo com o relatório da consultoria britânica EIU (Economist Intelligence Unit).

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR ONLINE | EDITORIA | |
| | TÍTULO Juro, salário e gasto público podem ajudar 2012 | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

Queda forte dos juros reais, um aumento direto de renda de quase R\$ 47 bilhões por causa do aumento de 14% do salário mínimo e uma expansão sincronizada dos gastos da União, Estados e municípios. Acompanhados por um **mercado** de trabalho ainda aquecido e uma indústria com estoques mais ajustados, esses são três fatores **importantes** para dar fôlego à economia em 2012, com potencial de evitar um crescimento muito fraco do Produto Interno Bruto (**PIB**) - para alguns analistas, eles podem garantir uma expansão na casa de 3,5% ou até um pouco mais.

O economista-chefe da corretora Convenção Tullett Prebon, Fernando Montero, chama a atenção para o comportamento dos juros e sua influência sobre a atividade econômica. A chance de que a taxa Selic possa chegar a 9% ao ano em 2012 aponta para uma política monetária bastante frouxa. O economista Aurélio Bicalho, do Itaú Unibanco, também vê nos juros mais baixos um impulso relevante para a atividade. Ele ressalta o recuo expressivo já experimentado pelo juro real, medido pela comparação da taxa privada de um ano (o swap de 360 dias) e a inflação esperada para os próximos 12 meses. De quase 7% em julho, a taxa está na casa de 4,5% na média deste mês, um nível inferior ao registrado mesmo em 2009, quando o **Brasil** enfrentou uma recessão e a taxa Selic chegou a 8,75% ao ano - hoje, está em 11,5%.

A queda se deu basicamente pelo tombo do juro privado de um ano, que despencou depois do corte da Selic promovido pelo Banco Central em agosto. Bicalho acredita que os efeitos do mergulho da taxa real sobre a atividade econômica deverão ser sentidos com mais força já no primeiro trimestre de 2012, já que o recuo foi rápido e de tamanho significativo. O impacto deve se dar sobre o consumo e também sobre o investimento, embora as incertezas, especialmente no cenário externo, possam limitar o apetite de empresários por novos projetos.

Para Montero e Bicalho, outra fonte de estímulo **importante** para a atividade virá do aumento de salário mínimo, que vai subir em janeiro algo como 14%, graças à regra de reajuste do piso, vinculado à inflação do ano

anterior e à variação do **PIB** de dois anos. Como a economia cresceu 7,5% em 2010, os mais de 47 milhões de trabalhadores e aposentados que recebem o piso terão um aumento real dessa magnitude. Serão R\$ 46,7 bilhões a mais no bolso dessas pessoas em 2012, segundo cálculos do economista José Silvestre do Prado Pereira, coordenador de relações sindicais do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O valor é quase três vezes superior aos R\$ 18 bilhões de 2011, quando o salário mínimo subiu 6,9%.

"Os R\$ 46,7 bilhões são uma quantia expressiva, que deverão ajudar o consumo e são sem dúvida um vetor de estímulo à economia", diz Silvestre, ressaltando o impacto sobre os segmentos da economia voltados para o **mercado** interno, especialmente produtores de bens semi e não duráveis (como alimentos e vestuário).

Para o economista Fabio Romão, da LCA Consultores, o rendimento total (considerando trabalhadores e beneficiários da Previdência) deve crescer no ano que vem 2,7%, já descontada a inflação, mais que o 1,7% estimado para este ano. "O aumento será maior na esteira do impulso dado pelo salário mínimo e por uma inflação média menor, que corrói menos o ganho real." Segundo Romão, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deve subir, na média, 6,6% neste ano, acima dos 5,2% esperados para o ano que vem. Aumentos robustos do salário mínimo se traduzem em elevação forte dos rendimentos, como mostra a alta real de 12,9% do piso salarial em 2006. Naquele ano, a renda total (de ocupados e aposentados) aumentou 3,4% acima da inflação, ao passo que o rendimento só da Previdência subiu 4,1%.

Outro impulso considerável deverá vir da política fiscal, ainda que o governo reitere que pretende cumprir também no ano que vem a meta de superávit primário de cerca de 3% do **PIB**. Montero estima que os gastos não financeiros da União tendem a aumentar 13% a 14% em termos nominais no ano que vem, mais que os 9,5% a 10% projetados para 2011. O aumento de 14% do salário mínimo vai bater em cheio nas despesas da Previdência, já que dois terços dos benefícios são corrigidos pelo piso salarial do país, que também reajusta programas sociais como os vinculados à Lei

Orgânica de Assistência Social (Loas), voltados para idosos e pessoas com deficiência.

Os investimentos federais, contidos em 2011, também devem aumentar em 2012, acreditam Montero e Bicalho. Além das necessidades de infraestrutura, a aproximação da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016 deve levar a União a aumentar as inversões, dizem eles.

Montero lembra ainda que Estados e municípios deverão acelerar as despesas em 2012. Com isso, haverá uma sincronização da política fiscal nas três esferas de governo. Em 2011, União, Estados e municípios reduziram a velocidade de expansão dos gastos. "É o equivalente a um terço da economia [o peso da soma das três esferas de governo do **PIB**] passando de uma expansão de 3,5% acima da inflação neste ano para 8% no ano que vem", afirma ele, que espera um crescimento de 3,5% em 2012, número que pode ser maior caso a inflação seja mais baixa.

Se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) convergir para os 4,5% da meta, ficando abaixo dos 5,6%

projetados pelos economistas ouvidos semanalmente pelo BC, os ganhos salariais serão maiores em termos reais e haverá mais espaço para a queda da Selic, o que também vai se refletir na curva de juros. "Nesse caso, o crescimento pode chegar a 4%", diz Montero. Bicalho vê um **PIB** de 3,7% em 2012. É distante dos 7,5% de 2010, mas acima dos cerca de 3% que se tornaram consenso para 2011.

A economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, também projeta expansão de 3,7% em 2012, apostando num **mercado** de trabalho ainda aquecido, com o desemprego caindo da média de 6% em 2011 para 5,8% em 2010. Para ela, a situação da indústria é de fato delicada, mas o setor de serviços, grande empregador, deve ainda ter fôlego.

Para completar, Montero observa que a indústria deve entrar em 2012 com estoques mais ajustados - o processo de redução dos inventários segue em curso, devendo pesar sobre a economia no fim deste ano, mas abrindo espaço para alguma recuperação no ano que vem.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR ONLINE | EDITORIA | |
| | TÍTULO Investimento pode ter resultado ruim no <u>PIB</u> do 3º tri | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Por Arícia Martins, Tainara Machado e Francine De Lorenzo | De São Paulo

A forte queda na **produção** de bens de capital em setembro, aliada a uma queda na **importação** de máquinas e equipamentos, reforçou as perspectivas pessimistas para o investimento no terceiro trimestre deste ano. Segundo analistas consultados pelo Valor, cresceu a chance de um resultado negativo na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - medida dos investimentos em máquinas e construção civil que compõe o Produto Interno Bruto (**PIB**) - no terceiro trimestre do ano em relação ao segundo na série com ajuste sazonal.

A **produção** de bens de capital, que vinha bem ao longo de 2011, surpreendeu analistas ao cair 5,5% entre agosto e setembro, feitos os ajustes sazonais, na Pesquisa Industrial Mensal (**PIM**) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A piora do cenário internacional, aliada a uma desaceleração da economia doméstica que já vinha ocorrendo, pode ter afetado a confiança dos empresários e, conseqüentemente, suas decisões de investir, dizem economistas.

No conjunto, a **produção** industrial recuou 2% em setembro sobre outubro na série com ajuste sazonal, movimento que reforçou as projeções de uma queda ou de um crescimento nulo no **PIB** do terceiro trimestre sobre o segundo. Antes, haviam mais projeções positivas para o investimento dentro do **PIB** e para o próprio produto.

"Estamos percebendo uma desaceleração da **produção** industrial e do consumo, então não é surpresa que as decisões de investimento também sejam atingidas", afirma Carlos Kawall, economista-chefe do Banco J. Safra. O menor apetite por investimentos também fica evidente na queda da **importação** de bens de capital, observa Kawall. Segundo dados da Fundação Centro de Estudos do **Comércio** Exterior (Funcex), o volume **importado** dessa categoria recuou 12,3% entre agosto e setembro.

"Até pouco tempo atrás, a **produção** crescia bem menos do que a **importação** por conta dos preços externos melhores. Agora, temos **produção** e **importação** mais fracas porque a demanda por máquinas ficou sensivelmente menor", sustenta o economista Fabio Ramos, da Quest Investimentos, que espera

crescimento zero da formação bruta de capital fixo no terceiro trimestre. "A confiança para o futuro está em deterioração. Qualquer plano de investimento ainda não iniciado fica na gaveta até que se aumente a visibilidade", diz ele.

É normal que os investimentos sejam impactados num cenário de desaceleração econômica com uma crise externa de pano de fundo, já que são o componente mais volátil da economia, destaca Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Temos uma piora adicional com um cenário internacional mais drástico após medidas do governo para desacelerar a economia doméstica. Juntando tudo isso, teremos números fracos para bens de capital e construção civil."

Vale ainda não fechou sua projeção para a FBCF do terceiro trimestre, mas acredita que o resultado será bem pior do que o registrado no segundo trimestre, quando os investimentos avançaram 1,7% frente ao trimestre anterior, e não descarta um dado negativo.

Constantin Jancsó, economista-chefe do HSBC, ressalta que não é de hoje que o setor de bens de capital atravessa dificuldades, após ter sofrido com os **importados** ao longo do ano. "Há chances de o próprio **PIB** ficar negativo no período, e como o investimento é um dos componentes mais voláteis, estamos claramente falando de viés de baixa para a formação bruta de capital fixo", observa ele.

O recuo na **produção** de bens de capital em setembro afetou também as estimativas mais otimistas. Flávio Serrano, do BES Investimento, espera que o ritmo de crescimento da FBCF arrefeça para 1% entre o segundo e o terceiro trimestres, podendo ocorrer desaceleração no quarto trimestre. "Precisamos ter mais dados para ver se há uma tendência de retração", afirma Serrano. Em agosto, a **produção** industrial de bens de capital cresceu 1,2% frente ao mês anterior, após aumentar 1,8% em julho, na comparação com junho.

Mauro Schneider, economista-chefe da Banif Corretora, também avalia que é cedo para tirar conclusões sobre as razões para a queda da **produção** de bens de capital, já que em sua opinião o ciclo de encomendas não costuma ser

redefinido tão rapidamente. Mas faz uma ressalva: "Há uma aparente coincidência entre esses números e o agravamento

da crise lá fora."

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP | | EDITORIA |
| | TÍTULO Balança brasileira fecha outubro com menor resultado mensal desde abril | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

A balança comercial brasileira registrou em outubro o menor resultado mensal desde abril último, mas superou o saldo de igual mês de 2010. No mês passado, as **exportações** superaram as **importações** em US\$ 2,355 bilhões - contra US\$ 3,074 bilhões em setembro e US\$ 1,827 bilhão em outubro de 2010. Em 2011, o saldo comercial está positivo em US\$ 25,390 bilhões, ante US\$ 14,522 bilhões um ano antes.

Reuters



| | | |
|---|-------------------------|------------------------|
| VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP | EDITORIA | |
| TÍTULO Produção industrial brasileira cai 2% em setembro, indica IBGE | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Após dois meses de relativa estabilidade, a produção industrial brasileira caiu 2% de agosto para setembro deste ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sobre setembro de 2010, a produção do setor recuou 1,6% - a menor queda nessa comparação desde abril (-1,7%).

De janeiro a setembro, a produção industrial cresceu 1,1%.

E em 12 meses, a expansão chega a 1,6%.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO FOLHA.COM | EDITORIA | |
| | TÍTULO IDH brasileiro avança menos que o dos Brics | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Relatório da ONU sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o desempenho dos países em expectativa de vida, escolaridade e renda, mostra que o IDH do Brasil (84º no ranking) avança mais lentamente que o de outros emergentes, como Rússia (66º), China (101º) e Índia (134º)

Brasil avança menos que outros Brics em desenvolvimento humano

Segundo indicador da ONU, melhorias são mais rápidas em emergentes como China, Índia e Rússia

O Brasil progrediu em expectativa de vida, escolaridade e renda, e alcançou nível que os EUA tinham há 40 anos

O Brasil tem avançado em alguns pontos nas áreas de saúde, escolaridade e renda, mas a passos mais lentos do que outros emergentes, como Rússia, Índia e China.

É o que mostra relatório divulgado ontem pela ONU sobre o Índice de Desenvolvimento Humano de 187 países.

O chamado IDH tenta medir e comparar o nível de desenvolvimento das nações com base em indicadores de expectativa de vida, escolaridade e renda per capita.

Pode variar de 0 a 1 _quanto mais alto, maior o nível de desenvolvimento do país.

Em 2011, o IDH brasileiro atingiu 0,718, e o país avançou uma posição no ranking da ONU, para o 84º lugar.

O resultado reflete expectativa de vida de 73,5 anos; 7,2 anos de estudo em média (para os com 25 anos); 13,8 anos de escolaridade esperados para mais jovens e renda per capita anual de US\$ 10.162 (ajustada pelo custo de vida).

Segundo relatório divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o IDH brasileiro cresceu a uma média anual de 0,69% de 2000 a 2011. O resultado está ligeiramente abaixo da expansão de 0,70% de países de desenvolvimento humano elevado, grupo ao qual pertence o Brasil.

Esse desempenho relativo é, no entanto, inferior ao dos demais Brics (acrônimo para Brasil, Rússia, Índia e China). Os

IDHs de Rússia, China e Índia subiram a uma velocidade bem maior que a da média dos grupos dos quais fazem parte, na última década.

O relatório da ONU não detalha o período em questão, mas um dos fatores que pode ter influenciado na diferença entre ritmos é o crescimento econômico nos últimos 11 anos, bem menor no Brasil.

"Esses países são os verdadeiros emergentes. O nível de água está subindo, mas eles sobem com velocidade ainda maior", afirma o economista Marcelo Neri, da FGV-Rio.

Quanto maior o nível de desenvolvimento de um país, mais lento tende a ser o ritmo de avanço do seu IDH porque a base de comparação vai se tornando mais elevada.

Por isso o ideal é que as comparações sejam feitas entre países do mesmo grupo. As divisões são: muito elevado; elevado; médio e baixo.

COMPARAÇÕES

Rússia e Brasil fazem parte do grupo de nações de desenvolvimento humano elevado. Já China e Índia são de desenvolvimento médio.

Apesar do avanço recente, o nível de desenvolvimento do Brasil no ano passado é inferior ao que países avançados como Noruega, EUA e Japão possuíam há 40 anos.

Milorad Kovacevic, chefe de estatísticas do Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, ressalta que "é mais difícil para países grandes como China e Brasil atingirem padrão de vida mais alto do que para países pequenos".

Dez nações da América Latina (Chile, Argentina, Uruguai, Cuba, México, Panamá, Costa Rica, Venezuela, Peru e Equador) têm posições melhores que a do Brasil e indicadores de expectativa de vida e escolaridade mais altos.

O Brasil registra progresso nos dados de expectativa de vida, escolaridade média e renda. Já o número de anos esperados de estudo recua.

Técnicos do PNUD não sabem a causa, mas pode estar associada à maior oferta de trabalhos que não exigem escolaridade avançada.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO TO SABENDO.COM | EDITORIA | |
| | TÍTULO Sorriso/MT poderá ter benefícios de Processamento para <u>Exportação</u> | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

De Brasília - Vinícius Tavares - Olhar Direto

O município de Sorriro, localizado na região médio norte de Mato Grosso, poderá se tornar uma Zona de Processamento para Exportação (ZPE) e participar de um programa de concessão de incentivos fiscais para atrair empresas exportadoras. O primeiro passo foi dado pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovaram, nesta terça-feira (1/11), o projeto de lei do Senado (PLS 511/2009). A matéria é de autoria da ex-senadora Serys Slherssarenko (PT) e foi relatada pelo senador Álvaro Dias (PSDB/PR), que deu parecer favorável à proposta.

A proposta recebeu também o apoio do senador Blairo Maggi (PR/MT), que argumentou favoravelmente a respeito dos benefícios que toda a região receberá com a criação da ZPE em Sorriro. A aprovação do projeto chegou a ficar ameaçada em virtude da postura contrária de senadores governistas e de oposição dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que acabaram sendo voto vencido.

Segundo Maggi, a partir da aprovação do projeto na Comissão, Sorriro deverá concorrer com os demais municípios interessados em ingressar no regime diferenciado de concessão de benefícios fiscais. O senador acredita que a criação da ZPE em Sorriro vai aumentar a demanda por investimentos em infraestrutura.

"Com a conclusão das obras da BR 163, haverá melhores condições para que a ZPE possa se consolidar ao redor de toda a região produtora do Estado com a instalação de plantas agroindustriais e de outros segmentos da economia", projetou Maggi.

O deputado federal suplente Neri Geller (PP), que é um dos principais empresários do setor agropecuário da região, embora tenha base eleitoral em Lucas do Rio Verde, comemorou a decisão.

"Vindo a ZPE para Sorriro, isso vai beneficiar toda a região do médio norte e do cinturão da produção. Para a região, que inclui Lucas, Sinop, Sorriro e Nova Mutum, isso é muito importante", disse Geller ao lembrar que, depois de

Lucas, foi em Sorriro que ele recebeu a maior parte de seus votos em 2010.

Sobre as ZPEs

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) são áreas delimitadas, nas quais empresas que produzem bens preponderantemente destinados à exportação recebem incentivos tributários, cambiais e administrativos.

A suspensão de tributos será concedida na compra de bens e serviços do mercado interno – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Cofins e PIS/ PASEP – e na importação desses produtos, quando, a suspensão fiscal será aplicada sobre o Imposto de Importação, IPI, Cofins, PIS/PASEP e AFRMM.

O prazo de vigência dos incentivos previstos para uma empresa em ZPE é de até 20 anos, prorrogável por igual período. Até 20% da produção de uma ZPE poderá ser vendido para o mercado interno, mas, para isso, deverá recolher os tributos suspensos na aquisição dos insumos, bem como aqueles normalmente incidentes em uma operação de venda (IPI, PIS/PASEP e COFINS).

Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus (ZFM) não é uma Zona de Processamento de Exportação. A ZFM é uma área de livre comércio de importação e exportação criada com o objetivo específico de promover o desenvolvimento regional – comercial, industrial e agropecuário – da Amazônia Ocidental. O incentivo é concedido a partir de benefícios fiscais às empresas interessadas em se instalar na região.

Atualmente com mais de 500 empresas instaladas, a ZFM fechou 2008 com faturamento de R\$ 30 bilhões e 100 mil empregos.